



# **JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

## ***Demonstrações Contábeis***

***Do semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.***

### **Conteúdo**

**Relatório da Administração**

**Balancos Patrimoniais**

**Demonstrações de Resultados**

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**Relatório dos Auditores Independentes**

## JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

### Relatório da Administração

#### Senhores Acionistas:

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e dos Resultados Abrangentes, correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A **JBCred**, autorizada como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento desde 31/05/2018, está focando atingir seus objetivos de expansão em sua participação no Mercado Financeiro, com base na estratégia de ampliação do volume de crédito ofertado e na busca por aprovação, junto ao seu órgão regulamentador, de novos produtos para incremento do portfólio de operações e níveis de receita.

Atualmente, a **JBCred** possui indicadores de mercado e liquidez financeira em patamares adequados e suficientes, estrategicamente considerados pela Administração, como base para o crescimento sustentável, organizado e homogêneo, em consoante com a sua política de utilização exclusiva de capital próprio.

Conhecer o Mercado e manter a sinergia com seus clientes, para atingir o crescimento desejado, sempre foi e será o princípio fundamental e marca registrada da **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**.

Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 26 de março de 2021.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019.**

<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
	<i>Nota Explicativa</i>	<b>2020</b>	<b>2019</b>		<i>Nota Explicativa</i>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante:</b>		<b>66.884</b>	<b>65.830</b>	<b>Circulante:</b>		<b>4.314</b>	<b>6.969</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>31.553</b>	<b>16.661</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>4.314</b>	<b>6.969</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>21.462</b>	<b>24.870</b>	Cobrança e arrecadação de tributos		0	6
Carteira própria		21.462	24.870	Sociais e estatutárias		1.532	3.836
<b>Operações de Crédito</b>		<b>13.536</b>	<b>23.728</b>	Fiscais e previdenciárias		490	459
Setor privado		23.628	45.683	Diversas		2.292	2.668
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)		-10.092	-21.955				
<b>Outros créditos</b>		<b>312</b>	<b>478</b>	<b>Não Circulante:</b>		<b>213</b>	<b>368</b>
Diversos		312	478	<b>Outras obrigações</b>		<b>213</b>	<b>368</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>21</b>	<b>93</b>	Diversas		213	368
Despesas antecipadas		21	93				
				<b>Patrimônio líquido:</b>		<b>93.779</b>	<b>89.936</b>
<b>Não Circulante:</b>		<b>29.987</b>	<b>29.215</b>	Capital Social		<b>46.500</b>	<b>46.500</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>29.598</b>	<b>28.819</b>	De domiciliados no país		46.500	46.500
Carteira própria		29.598	28.819	Reserva de lucros		47.279	43.436
<b>Outros créditos</b>		<b>389</b>	<b>396</b>				
Diversos		389	396				
<b>Permanente</b>		<b>1.435</b>	<b>2.228</b>				
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>1.368</b>	<b>2.228</b>				
Outras imobilizações de uso		5.324	5.479				
(Depreciações acumuladas)		-3.956	-3.251				
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>		<b>67</b>	<b>0</b>				
Intangível		80	0				
(-) Amortizações		-13	0				
<b>Total do ativo</b>		<b>98.306</b>	<b>97.273</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>98.306</b>	<b>97.273</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**JBcred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

 CNPJ: 04.230.630/0001-03  
 Rua Líbero badaró, 293 - 20º Andar

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019.**
**Em R\$ mil**

	<i>Nota Explicativa</i>	<b>2º Semestre 2020</b>	<b>Exercícios 2020</b>	<b>2019</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>23.459</b>	<b>48.626</b>	<b>73.849</b>
Operações de crédito		22.768	46.968	71.035
Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários		691	1.658	2.814
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>-6.273</b>	<b>-16.604</b>	<b>-35.188</b>
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa		-6.273	-16.604	-35.188
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>17.186</b>	<b>32.022</b>	<b>38.661</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>-12.637</b>	<b>-26.647</b>	<b>-36.508</b>
Despesas de pessoal		-5.824	-11.566	-12.607
Despesas administrativas		-6.151	-13.281	-20.254
Despesas tributárias		-722	-1.896	-3.820
Outras Receitas Operacionais		106	183	600
Outras Despesas Operacionais		-46	-87	-427
<b>Resultado operacional</b>		<b>4.549</b>	<b>5.375</b>	<b>2.153</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações</b>		<b>4.549</b>	<b>5.375</b>	<b>2.153</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-749</b>
Provisão para imposto de renda		0	0	-455
Provisão para contribuição social		0	0	-294
<b>Lucro líquido do semestre / exercícios</b>		<b>4.549</b>	<b>5.375</b>	<b>1.404</b>
<b>Número de ações</b>		<b>46.500</b>	<b>46.500</b>	<b>46.500</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>R\$ 0,10</b>	<b>R\$ 0,12</b>	<b>R\$ 0,03</b>
Juros sobre o capital próprio	8b	0	0	-5.993

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**Demonstração do Resultado Abrangente Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	5.375	1.404
Itens que não serão reclassificados para o resultado	0	0
Ajustes de avaliação	0	0
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>5.375</b>	<b>1.404</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**JBcred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019.**

	Nota Explicativa	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
				Reserva Legal	Margem Operacional	Equalização Dividendos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		46.500	0	5.666	41.851	0	0	94.017
Lucro líquido do exercício		0	0	0	0	0	1.404	1.404
Aumento de capital em homologação pelo Bacen		0	0	0	0	0	0	0
Reserva Legal		0	0	70	0	0	-70	0
Provisão para distribuição de dividendos e JCP		0	0	0	-3.123	0	-834	-3.957
Transferência para Reserva estatutária		0	0	0	-1.528	500	-500	-1.528
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>46.500</b>	<b>0</b>	<b>5.736</b>	<b>37.200</b>	<b>500</b>	<b>0</b>	<b>89.936</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>46.500</b>	<b>0</b>	<b>5.736</b>	<b>37.200</b>	<b>500</b>	<b>0</b>	<b>89.936</b>
Lucro líquido do exercício		0	0	0	0	0	5.375	5.375
Reserva Legal		0	0	269	0	0	-269	0
Provisão para distribuição de dividendos e JCP		0	0	0	0	0	-1.532	-1.532
Transferência para Reserva estatutária		0	0	0	0	3.574	-3.574	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>46.500</b>	<b>0</b>	<b>6.005</b>	<b>37.200</b>	<b>4.074</b>	<b>0</b>	<b>93.779</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>		<b>46.500</b>	<b>0</b>	<b>5.777</b>	<b>37.200</b>	<b>1.285</b>	<b>0</b>	<b>90.762</b>
Lucro líquido do semestre		0	0	0	0	0	4.549	4.549
Reserva Legal		0	0	228	0	0	-228	0
Aumento de capital em homologação pelo Bacen		0	0	0	0	0	0	0
Provisão para distribuição de dividendos e JCP		0	0	0	0	0	-1.532	-1.532
Transferência para Reserva estatutária		0	0	0	0	2.789	-2.789	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>46.500</b>	<b>0</b>	<b>6.005</b>	<b>37.200</b>	<b>4.074</b>	<b>0</b>	<b>93.779</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019.**

**Em R\$ mil**

	Nota Explicativa	2º Semestre		
		2020	2020	2019
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>11.080</b>	<b>22.866</b>	<b>37.610</b>
Lucro líquido do semestre / exercícios		4.549	5.375	1.404
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		<b>6.531</b>	<b>17.491</b>	<b>36.206</b>
Depreciações/Amortizações		360	908	1.086
Provisão para demandas judiciais		-102	-155	-68
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		6.273	16.738	35.188
<b>Variação em ativos operacionais</b>		<b>-19.968</b>	<b>-7.519</b>	<b>-3.290</b>
(Aumento) / redução - Títulos e valores mobiliários		-15.937	-1.218	17.938
(Aumento) / redução - Operações de crédito		-4.832	-6.546	-19.957
(Aumento) / redução - Outros créditos		785	173	-1.197
(Aumento) / redução - Outros valores e bens		16	72	-74
<b>Variação em passivos operacionais</b>		<b>-1.047</b>	<b>-2.656</b>	<b>-3.198</b>
Aumento / (Redução) - Cobrança e Arrecadação de tributos		0	-6	-4
Aumento / (Redução) - Sociais e Estatutárias		-1.075	-2.304	-3.034
Aumento / (Redução) - Fiscais e previdenciárias		161	31	302
Aumento / (Redução) - Diversas		-133	-377	-462
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>-9.935</b>	<b>12.691</b>	<b>31.122</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>-35</b>	<b>-115</b>	<b>-427</b>
Aquisição imobilizado de uso		-35	-115	-427
Baixa imobilizado de uso		0	0	0
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>-1.532</b>	<b>-1.532</b>	<b>-5.485</b>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos		-1.532	-1.532	-5.485
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>-11.502</b>	<b>11.044</b>	<b>25.210</b>
<b>Modificações na posição financeira de caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do semestre/exercícios		48.863	26.317	1.107
No fim do semestre/exercícios		37.361	37.361	26.317
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>-11.502</b>	<b>11.044</b>	<b>25.210</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado o contrário)

#### 1. Contexto operacional

A **JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** (“**JBCred**” ou “**Sociedade**”) foi constituída em 10 de novembro de 2000, e obteve a autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 20 de dezembro de 2000.

Desde sua constituição, é regida pela atividade que foi autorizada, a **Sociedade** oferece Operações de Crédito somente às Pessoas Físicas, que apresentam ou não restrições de crédito no mercado financeiro. Como política operacional, atua somente com recursos próprios em uma configuração de carteira de operações totalmente “banking”.

A **Sociedade** possui indicadores de rentabilidade e liquidez, consideradas pela Administração, em nível adequado e suficiente em relação ao cenário atual do Mercado Financeiro.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC” emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da **JBCred** e foram aprovadas, pela Administração, em 26 de março de 2021.

## 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

## 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são as seguintes:

### a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas nas apurações dos resultados do semestre / exercícios em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de apresentação de Caixa e equivalentes de caixa, incluem depósitos bancários a vista em moeda corrente, aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, sem restrições de uso pela Administração e / ou redução de valor pelo resgate, para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

## c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço são classificados, quando aplicável, conforme a Circular 3.068, de 08/11/2011, do BACEN, sendo:

- i) Títulos para negociação: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii) Títulos disponíveis para venda: Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido;
- iii) Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da **Sociedade** para sua manutenção em carteira até o seu vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para a venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida a conta específica no patrimônio líquido.

As reduções no valor negociado dos Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos respectivos custos atualizados, quando não impactados por eventos temporários, serão considerados no resultado como perdas realizadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a **Sociedade** não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

## d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são registradas pelo valor de negociação, acrescidas do cálculo “pró-rata die” com base na variação do indexador e taxa de juros pactuados. A Administração avalia as operações de acordo com o nível de risco, considerando riscos específicos, conjuntura econômica e experiência operacional.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os conceitos e orientações emanadas da Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, destacando que as provisões são constituídas a partir

da análise periódica da capacidade de recebimento e são classificadas em nove níveis, sendo “AA” considerado risco mínimo, e “H” considerados como perda.

As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receitas, quando de seu recebimento. As operações classificadas como nível H, permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas para prejuízo, em contrapartida da provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando entre as contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende as orientações da Resolução nº 2.682, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

#### **e) Outros valores e bens e outros créditos**

Compostos basicamente por despesas antecipadas, impostos a compensar (quando aplicável), adiantamento a funcionários e outras aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em período futuro.

#### **f) Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzindo-se a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo: 10% ao ano para instalações, móveis e utensílios e equipamentos de comunicação, e 20% ao ano para sistemas de processamento de dados (informática) e de transportes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

A Administração da **Sociedade** avalia ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes em suas demonstrações contábeis.

#### **g) Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativo financeiro e não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

## **h) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (base pró-rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (base pró-rata die).

## **i) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% conforme previsto na legislação em vigor. A Contribuição Social foi calculada a alíquota de 15% até fevereiro de 2020, sendo elevada para 20% à partir de março 2020, em conformidade com a Lei 13.169/2015.

Em conformidade com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não produziram efeitos na apuração do lucro real.

## **j) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são realizados de acordo com os critérios definidos na Resolução 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo os seguintes critérios:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos

contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da apresentação do Caixa e equivalentes de caixa, da **Sociedade**, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estavam compostos conforme segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	3	9
Depósitos bancários a vista	31.549	16.652
Títulos e valores mobiliários	5.809	9.656
<b>Disponibilidades</b>	<b>37.361</b>	<b>26.317</b>

Os depósitos bancários e as aplicações são mantidos em Instituições Financeiras de primeira linha, com liquidez diária e atreladas à variação do CDI. São considerados pela Administração da **Sociedade**, como suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

#### 5. Títulos e valores mobiliários

Abaixo, a composição dos títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>
<b>Títulos para negociação</b>				
<b>Carteira própria</b>				
Certif de Dep Bancários - Renda Fixa	51.060	51.060	53.689	53.689
<b>TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS</b>	<b>51.060</b>	<b>51.060</b>	<b>53.689</b>	<b>53.689</b>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, divulgados pelo emissor dos títulos de renda fixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o rendimento de aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 1.658 (R\$ 2.814 em 2019).

## 6. Operações de crédito

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão compostas por empréstimos à Pessoas Físicas, com taxas prefixadas e atualizadas de acordo com a vigência dos contratos. Abaixo, a composição das operações de crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco e por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco.

### a) Por tipo de operação e níveis de risco:

Níveis de Risco	2020									2019
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Empréstimo à Pessoa física	7.147	1.146	3.087	964	1.078	1.033	523	8.650	<b>23.628</b>	<b>45.679</b>

### b) Por faixas de vencimento e níveis de risco

De acordo com as Resoluções, do BACEN, nº 2.682 e nº 2.697, de 21/12/1999 e 24/2/2000, respectivamente, a metodologia de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos e percentuais genéricos de provisão.

Nível de risco	% de Provisão
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10,0%
E	30,0%
F	50,0%
G	70,0%
H	100,0%

A Administração da **Sociedade** avalia, periodicamente, a necessidade de provisões adicionais aos percentuais estabelecidos nas Resoluções mencionadas acima e entende que o montante de provisão é suficiente em relação à expectativa de recebimento dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o risco da carteira estava distribuído como apresentado abaixo:

	<u>2020</u>								<u>2019</u>	
	<u>A</u>	<u>B</u>	<u>C</u>	<u>D</u>	<u>E</u>	<u>F</u>	<u>G</u>	<u>H</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
01 a 30 dias	2.021	283	758	145	121	72	15	8	<b>3.423</b>	5.702
31 a 60 dias	1.990	276	720	111	102	44	9	3	3.255	5.348
61 a 90 dias	953	116	331	75	25	13	0	0	<b>1.513</b>	2.785
91 a 180 dias	1.724	230	512	50	25	4	1	0	<b>2.546</b>	3.930
181 a 365 dias	265	24	53	0	0	0	0	0	<b>342</b>	474
Acima de 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>	0
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>6.953</b>	<b>929</b>	<b>2.374</b>	<b>381</b>	<b>273</b>	<b>133</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>11.079</b>	<b>18.239</b>
01 a 14 dias	194	1	136	82	45	33	14	4	<b>509</b>	1.057
15 a 30 dias	0	216	210	89	113	69	13	23	<b>733</b>	1.746
31 a 60 dias	0	0	367	177	202	144	45	102	<b>1.037</b>	2.473
61 a 90 dias	0	0	0	235	169	137	71	178	<b>790</b>	2.193
91 a 180 dias	0	0	0	0	276	517	355	1.840	<b>2.988</b>	7.756
181 a 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	6.492	<b>6.492</b>	12.215
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>194</b>	<b>217</b>	<b>713</b>	<b>583</b>	<b>805</b>	<b>900</b>	<b>498</b>	<b>8.639</b>	<b>12.549</b>	<b>27.440</b>
<b>TOTAL CARTEIRA</b>	<b>7.147</b>	<b>1.146</b>	<b>3.087</b>	<b>964</b>	<b>1.078</b>	<b>1.033</b>	<b>523</b>	<b>8.650</b>	<b>23.628</b>	<b>45.679</b>
<b>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>-36</b>	<b>-11</b>	<b>-93</b>	<b>-96</b>	<b>-324</b>	<b>-516</b>	<b>-366</b>	<b>-8.650</b>	<b>-10.092</b>	<b>-21.954</b>
<b>Total Líquido Operações de Crédito</b>	<b>7.111</b>	<b>1.135</b>	<b>2.994</b>	<b>868</b>	<b>754</b>	<b>517</b>	<b>157</b>	<b>0</b>	<b>13.536</b>	<b>23.725</b>

### c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorreu como demonstrado abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	21.954	20.205
Provisão no semestre / exercício	20.751	43.102
Reversão provisão no semestre / exercício	-4.147	-7.915
Baixa para controle em compensação	-28.466	-33.438
<b>Total de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>10.092</b>	<b>21.954</b>

Os créditos anteriormente baixados como prejuízo e controlados em contas de compensação, e que foram recuperados no exercício, estão apresentados na demonstração do resultado em conta com a rubrica de receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo, sendo o valor recuperado em 2020 de R\$ 11.579 (R\$ 5.680 em 2019).

## 7. Imobilizado de uso

### a) Composição

Item	%	2020			2019
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	1.566	-1.566	0	566
Móveis e equipamentos	10%	1.486	-602	884	1022
Sistema de comunicação	10%	207	-153	54	64
Equipamentos de Informática	20%	1.348	-1.045	303	404
Sistema de Transportes	20%	717	-590	127	172
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>		<b>5.324</b>	<b>-3.956</b>	<b>1.368</b>	<b>2.228</b>

(i) O prazo de depreciação das benfeitorias incorre no período do contrato de aluguel.

#### b) Movimentação do Custo

Item	31/12/2019	Movimento do Custo			Saldo em 31/12/2020
		Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.566	0	0	0	1.566
Móveis e equipamentos	1.486	0	0	0	1.486
Sistema de comunicação	206	0	0	0	206
Equipamentos de Informática	1.313	35	0	0	1.348
Sistema de Transportes	908	0	-190	0	718
Outros ativos intangíveis	0	80	0	0	80
<b>TOTAL IMOBILIZADO (CUSTO)</b>	<b>5.479</b>	<b>115</b>	<b>-190</b>	<b>0</b>	<b>5.404</b>

A Administração da **Sociedade** avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes nas demonstrações contábeis.

#### 8. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

##### a) Composição

<u>Tributárias</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ LUCRO REAL	0	455
CSLL LUCRO REAL	0	294
IMPOSTOS S/TERCEIROS	1	2
PIS	17	29
COFINS	107	181
<b>TOTAL TRIBUTÁRIAS</b>	<b>125</b>	<b>961</b>

<u>Previdenciárias</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRRF S/SALARIOS	168	150
INSS	147	136
FGTS	50	52
CONTR. SINDICAL	0	0
<b>TOTAL PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>365</b>	<b>338</b>

## b) Reconciliação do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o Lucro líquido

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre os lucros</b>	<b>5.375</b>	<b>2.153</b>
(-) Juros sobre capital próprio	0	0
<b>Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>	<b>-11.467</b>	<b>-191</b>
Adições	17.652	35.565
Exclusões	-29.119	-35.756
<b>Base de cálculo de imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>-6.092</b>	<b>1.962</b>
<b>Imposto de Renda corrente</b>	<b>0</b>	<b>455</b>
Imposto de renda	0	295
Imposto de renda (alíquota adicional -10%)	0	172
Dedução Limite 4%) - PAT	0	-12
<b>Contribuição Social corrente</b>	<b>0</b>	<b>294</b>
Alíquota efetiva	<b>0,00%</b>	38,18%
Ajustes		
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados no resultado do exercício</b>	<b>0</b>	<b>749</b>
<b>Antecipações de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício</b>	<b>0</b>	<b>840</b>
<b>Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar</b>	<b>0</b>	<b>-91</b>

Administração, realizou estudo e levantamento das operações de crédito que haviam sido baixadas para perda. Desta forma, a Sociedade realiza a exclusão, para fins de apuração de impostos, das perdas efetivas do exercício, totalizando R\$ 28.964 em 31 de dezembro 2020 (R\$ 32.196 em 2019).

## 9. Outros créditos

<u>Ativo</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Outros Créditos - Diversos</b>		
<b>Circulante</b>	<b><u>312</u></b>	<b><u>1.318</u></b>
Adiantamento a funcionários	49	62
Adiantamento a fornecedores	20	29
Impostos e contribuições a compensar	107	848
Outros	136	379
<b>Não circulante</b>	<b><u>389</u></b>	<b><u>396</u></b>
Depósitos judiciais (Nota 11)	56	63
Impostos e contribuições a compensar (CSLL)	333	333
<b>TOTAL OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS</b>	<b><u>701</u></b>	<b><u>1.714</u></b>

<u>Passivo</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>		
<b>Circulante</b>	<b><u>2.292</u></b>	<b><u>2.668</u></b>
Obrigações por aquisição de bens e direitos	0	1
Pagamentos a efetuar - Pessoal	1.532	1.228
Pagamentos a efetuar - outras desp.adm	33	0
Credores diversos no país	60	64
Recebimento parcial (i)	667	1.375
<b>Não circulante</b>	<b><u>213</u></b>	<b><u>368</u></b>
Provisão passivo contingente	213	368
<b>TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS</b>	<b><u>2.505</u></b>	<b><u>3.036</u></b>

i. Refere-se ao recebimento parcial de contratos transferidos do controle de compensação, devido à renegociação de dívida.

## 10. Ativos e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

A **Sociedade** é parte em processos judiciais de natureza cível. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, realiza análise individual de valor potencial de perda para as ações, considerando os critérios descritos na Resolução nº 3823/09 do BACEN.

A Administração da **Sociedade** entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

As movimentações do passivo contingente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, ocorreram como demonstrado abaixo:

## 10.1) Movimentação dos processos por Natureza

	<u>Cível</u>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>368</b>
Reversão de provisão	-155
Constituição de provisão	0
(-) Depósitos judiciais	-56
<b>Saldo Líquido em 31/12/2020</b>	<b>157</b>

## 10.2) Valores Registrados Contabilmente

	<u>2020</u>			<u>2019</u>
	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>	<u>Depósitos</u> <u>Judiciais</u>	<u>Valores</u> <u>Líquidos</u>	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>
Cíveis	213	-56	157	368
<b>TOTAL PROVÁVEL</b>	<b>213</b>			<b>368</b>

## 10.3) Valores não Registrados Contabilmente

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cíveis	415	1.661
<b>TOTAL POSSÍVEL</b>	<b>415</b>	<b>1.661</b>

A **Sociedade** possui depósitos, na ordem de R\$ 56 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 63 em 2019), em garantia aos processos em andamento.

Os processos classificados, pela Administração e seus assessores jurídicos, como de probabilidade de perda possível, não estão reconhecidos contabilmente e montam R\$ 415 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.661 em 2019).

Não existem, em curso, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que

pudessem impactar representativamente nas Demonstrações Contábeis e operações da **Sociedade**.

## 11. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o Capital Social da **JBcred** era de R\$ 46.500, totalmente subscrito, integralizado, detidas por acionistas, Pessoa Física, sendo dividido em 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações preferenciais nominativas, ao preço unitário de R\$ 1.000, cada uma.

### c) Reserva de lucros

Conforme disposições estatutárias e determinação da Lei nº 6.404, a **Sociedade** destina 5% do lucro líquido do exercício social para Reserva Legal, atendendo aos limites estipulados na legislação vigente. Os lucros remanescentes ao cálculo da Reserva Legal e das distribuições de dividendos e JCP, são transferidos para Reserva Estatutária, conforme estipulado no Estatuto Social da **Sociedade**.

### d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme disposições estatutárias, estão estipuladas aos acionistas, dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou Reservas de Lucros.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dividendos	1.532	1.181
Juros Sobre o Capital Próprio	0	2.655
<b>TOTAL SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>1.532</b>	<b>3.836</b>

## 12. Despesas administrativas

	<u>2020</u>		<u>2019</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Água, energia e gás	25	79	101
Aluguel	231	473	496
Condomínio	69	157	179
Manutenção e conservação	16	48	86
Propaganda e publicidade	72	136	118
Serviços sistema financeiro	972	2.488	5.145
Serviços de terceiros	55	291	329
Serviços técnicos especializados	4.115	8.232	11.882
Amortização	8	13	752
Depreciação	352	895	312
Outras	236	469	854
<b>TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>6.151</b>	<b>13.281</b>	<b>20.254</b>

## 13. Despesas com pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Diretoria - honorários	660	432
Pessoal - benefícios	2.578	2.990
Pessoal - encargos sociais	1.953	2.417
Pessoal - proventos	6.358	6.757
Pessoal - treinamento	17	11
<b>TOTAL DESPESAS PESSOAL</b>	<b>11.566</b>	<b>12.607</b>

## 14. Despesas tributárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas tributárias	157	623
COFINS	1.496	2.750
PIS	243	447
<b>Total</b>	<b>1.896</b>	<b>3.820</b>

## 15. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A **Sociedade** conta com estrutura independente de Gestão de Riscos, definida e aprovada pela Administração, em cumprimento aos normativos do agente regulamentador, o BACEN. A estrutura de Gestão de Risco tem a responsabilidade de identificar, avaliar e monitorar os Riscos nas disciplinas Operacionais, Mercado, Crédito e Liquidez, bem como garantir o funcionamento pleno da Estrutura de Controles Internos.

Os modelos de análise dos procedimentos de Risco foram definidos internamente pela Administração e Gestores de “Compliance”, sendo adequados à complexidade atual da estrutura da **Sociedade** e de suas operações. Além das técnicas de acompanhamentos sobre Riscos, a **Sociedade** conta com colaboradores capacitados e especializados, subordinados hierarquicamente aos departamentos ligados à Gestão de Risco, que somadas à utilização de softwares específicos de monitoramento de Riscos e os sistemas de emissão de relatórios para acompanhamento das operações, a Administração e os Gestores de “Compliance” alinham e monitoram a plena execução das rotinas envolvidas nos processos operacionais da **Sociedade**.

A capacitação técnica dos colaboradores em conjunto com os investimentos em ferramentas de mercado, adquiridas junto a empresas líderes em fornecimento de soluções corporativas, foram essenciais na manutenção das metas de crescimento sustentado. A rotina de análise e identificação de riscos e simulação de cenários de estresse de mercado, trouxeram uma melhor visão operacional para a Administração e Gestores de “Compliance” da **Sociedade**, que tem em seu estilo, historicamente conservador, um forte aliado na mitigação de riscos potenciais.

Seguindo os princípios da Governança Corporativa, todos os documentos de trabalho de processos de simulação de mercado e mitigação de riscos, são disponibilizados para a Administração, no intuito de possibilitar a ação tempestiva e suficiente para mitigação dos Riscos.

Aliada às áreas operacionais internas, a **Sociedade** vem incrementando tempestivamente as áreas de Controle de Risco, contando com um departamento de “Compliance” Operacional e Legal, um departamento de Auditoria Interna, terceirizado e permanente, além de contratar serviço de Auditoria

Externa Independente. A Administração julga, a manutenção destes e o incremento de capacitação em outros departamentos, como a melhor prática e fator primordial para que o processo de avaliação das operações possa estar certificado e seus riscos minimizados, no que tange a qualidade e fidedignidade de seus procedimentos e divulgações contábeis e financeiras.

## i) Risco de mercado

Conforme determinado na Resolução nº 3.464, de 26/06/2007, do CMN, a **Sociedade** definiu a estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado, o qual foi aprovado pela Administração.

O Risco de Mercado pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Em cumprimento aos dispositivos da Resolução mencionada acima, a Administração definiu e incorporou a política de Gerenciamento do Risco de Mercado em conjunto com a Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC), em junho de 2012, adequando às características das operações e complexidade dos produtos ofertados pela **Sociedade**.

Embora a **Sociedade**, atualmente, não mantenha nenhuma posição de Risco que referencie ao Risco de Mercado, todas as etapas para a identificação e controle do Risco foram desenvolvidas pela Administração e Gestores de "Compliance", como a estruturação das áreas de responsabilidade.

O Gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações, a complexidade dos produtos ofertados e a dimensão da sua exposição. Os processos de avaliação de Riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas da **Sociedade**. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do Valor em Risco ("VaR"), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas.

O método de avaliação utilizado é o da mensuração do Valor em Risco "Value at Risk", com frequência de avaliação mensal e "stress test" de frequência mensal. Os cenários atualmente utilizados são os apurados pelo BACEN, pelo Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS)-BCB-DESIG.

O Modelo de financiamento para suas operações é totalmente voltado ao Capital Próprio, não sendo contratadas operações de crédito com outras Instituições Financeiras, desta forma, a totalidade da carteira de créditos da **Sociedade** é classificada como fluxo de caixa próprio.

Em conformidade ao determinado pela Circular nº 3.383, do BACEN, de 30/04/2008 e em atendimento ao Comunicado nº 16.913, de 20/5/2008, a **Sociedade** optou pela metodologia definida na referida Circular, especificamente no Artigo 1º, pela Abordagem do Indicador Básico (I), que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

referente ao Risco Operacional (POPR), observado nos procedimentos da Resolução no. 3.490/2007, do CMN, que trata a questão referente ao Risco de Mercado.

## ii) Risco de crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas aos seguintes fatores:

- Ao descumprimento do tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.
- À desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.
- À redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

De acordo com a Resolução nº 3.721/2009, do CMN, que dispõe sobre a necessidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito, a **Sociedade** estruturou a área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC), sendo esta, a responsável pela Gestão do Risco de Crédito.

A política de crédito está voltada ao monitoramento contínuo das Operações de Crédito para verificar o risco de cada operação. A gestão do Risco de Crédito está dividida nas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança.

O amplo conhecimento sobre o público alvo, tomador destas Operações de Crédito, é fator primordial do sucesso e rentabilidade destas operações, tendo em vista a característica geral dos clientes, em relação a existência de restrições à obtenção do crédito no Mercado Financeiro com as demais Instituições Financeiras, comumente citadas como Crédito para Negativados. As concessões das operações para este tipo de consumidor são coordenadas e monitoradas pela Administração em conjunto com os Departamentos de Risco e Financeiro, o que possibilita o acompanhamento contínuo da carteira de crédito.

Com a finalidade de proteger-se contra perdas significativas decorrentes das Operações de Crédito, a **Sociedade**, considera todos os aspectos determinantes do Risco de Crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco, em cada operação.

Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente, os históricos de inadimplência individual e de mercado, para a formação de parâmetros de “Credit Score” e “Behavior Score”. Além disso, são consideradas as informações da Central de Risco do BACEN, conforme as orientações da Resolução nº 2682/1999, do CMN, onde encontram formalizadas as regras de

classificação e os percentuais de provisionamento mínimo das Operações de Crédito expostas à uma maior dificuldade de recuperação. As decisões operacionais e gerenciais sobre a concessão de Operações de Crédito são de responsabilidade do departamento financeiro. A aprovação do crédito é feita pela Mesa de Crédito Interna da **Sociedade**, de forma a garantir a uniformidade do processo e a contenção de eventuais tentativas de fraude. Os procedimentos de concessão estão formalizados e registrados em manuais internos de procedimento, devidamente revisados pela área de Gestão Financeira e pelos Gestores do “GRCIC”.

Os correspondentes bancários da **Sociedade**, normatizados pelas regras da Resolução nº 3954/2011, do CMN, atualmente encontram-se totalmente terceirizados, e não participam no processo de aprovação das Operações de Crédito, onde somente figuram como captadores de propostas de concessão de crédito. As exceções e/ou desvios aos padrões de classificação de Risco estabelecidos pela Administração e pelos Gestores do “GRCIC”, são tratadas diretamente entre a Mesa de Crédito e os níveis hierárquicos de supervisão e gerenciamento de riscos, por meio de limites de alçada de aprovação.

Os procedimentos de cobrança são executados por equipes internas e empresas externas parceiras especializadas, visando conter os índices de inadimplência, garantindo a rentabilidade das operações concedidas e acompanhadas pela “GRCIC” de forma a garantir a convergência com as práticas legais do Mercado Financeiro. A carteira de inadimplentes classificada em compensação é trabalhada com recursos de cobrança e campanhas. O acompanhamento dos casos relevantes (entende-se como operações superiores ao valor médio das operações de crédito historicamente registradas), especificamente operações com valores superiores à R\$ 5 (cinco mil Reais) são analisados sob a ótica da PLD/FT e recebem análise diferenciada no processo de aprovação de crédito.

Por estratégia operacional e política de risco de crédito, a **Sociedade** não realiza Operações de Crédito individuais, com valor superior a R\$ 10 (dez mil Reais), garantindo a diversificação dos clientes tomadores e a pulverização do risco na Carteira de Crédito. O aspecto do rastreamento e controle de operações relacionadas a “Pessoas Politicamente Expostas” é analisado constantemente pela área de Gerenciamento de Riscos.

### iii) Risco operacional

A Gestão do Risco Operacional também é disciplina da área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC). Atendendo a orientação da Resolução nº 4.557/2017, do CMN, visa detectar e mitigar os riscos de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Risco Operacional é monitorado e avaliado através da disponibilização de ferramentas de apoio ao colaborador, divulgação de políticas internas e metodologias da **Sociedade**, através de atividades contínuas de gestão e pelo Departamento de Auditoria Interna.

As inconformidades com as políticas e determinações da Gestão de Risco Operacional, são comunicados à Administração de forma ativa e tempestiva para garantir a eficiência operacional e mitigação de perdas operacionais da **Sociedade**. A Gerência de Riscos possui diversas ferramentas, contando com sistema interno de registro e mapeamento das mesmas, para a verificação de qualquer inconsistência que possa provocar perdas, recuperáveis ou não. São disponibilizados relatórios gerenciais para a Administração, assim como se utilizam ferramentas de análise e extração de informações como o "Datawarehouse" para o armazenamento lógico de todas as informações estratégicas e para a análise de grandes volumes de dados, com o intuito de obter informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão, comumente conhecidos como "Business Intelligence".

Outras soluções para a avaliação de "exceções" existentes na **Sociedade** são utilizadas na análise de operações que podem resultar em risco de perdas. As soluções atendem basicamente às Operações de Crédito e identificam desvios nos procedimentos internos ou modelos definidos.

Os desvios são analisados por pessoas autorizadas e classificadas por níveis de acessos e de alçada. Atualmente os membros da Diretoria possuem alçada para concluir sobre a operação. As incoerências que caracterizam exposição a riscos, perdas ou possibilidades de perdas, são apontadas e relatadas à Administração pela Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance". A Auditoria Interna, por sua vez, fornece os subsídios à Administração através de seus papéis de trabalho, a fim de indicar pontos de fragilidade de controles e melhorias operacionais para estabelecimento de planos de ação e correção das deficiências e mitigação dos riscos.

Os dados e análise sobre perdas ou possíveis perdas operacionais são armazenados em banco de dados, o que permite à **Sociedade**, por meio de análises, aprimorar as metodologias de gestão de riscos. Matrizes de riscos são utilizadas para identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos que as operações da **Sociedade** estão sujeitas e são periodicamente revisadas e atualizadas. O Departamento Jurídico analisa constantemente a inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela **Sociedade**, seja das Operações de Crédito ou da contratação de bens ou serviços. Atua para estabelecer, avaliar e verificar detalhadamente a conformidade e regularidade das cláusulas

contratuais a fim de evitar sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e eventuais processos por danos causados a terceiros.

#### **iv) Risco de liquidez**

O Risco de Liquidez ocorre quando há desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da **Sociedade**,

levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

As Operações de Crédito e Aplicações Financeiras são monitoradas diariamente, tendo como base a Resolução nº 4.090, de 24/02/2012, do CMN. A estrutura responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez é a Diretoria, com o apoio do Departamento Financeiro, que monitora e controla o fluxo de caixa e as modalidades de investimento em aplicações financeiras. O Departamento Financeiro elabora relatórios gerenciais relacionados às condições de liquidez da **Sociedade**, que são direcionados a Diretoria.

Atualmente, na relação entre ativos e passivos, a **Sociedade** apresenta grau de liquidez em patamares, considerados pela Administração, como adequados e por política operacional, utiliza-se apenas de recursos próprios.

## v) Risco Socioambiental para o Crédito

Em conformidade com as orientações da Resolução 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, a JBCRED está buscando incorporar as práticas e os procedimentos para a gestão e o desenvolvimento sustentável das políticas sócio ambientais, concedendo crédito somente a pessoas físicas.

A JBCRED não trabalha com pessoas jurídicas e desta forma não atua em projetos de impacto e relevância material. Os valores de concessão destas operações são considerados não materiais e não apresentam grande impacto individual socioambiental. Estas operações também não se caracterizam como atrativas sob a ótica das práticas envolvendo a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Mesmo sob este cenário, estamos adotando as ações necessárias para a efetiva Gestão do Risco Socioambiental, através de ajustes dos procedimentos sistêmicos e operacionais, efetuando a disseminação do conhecimento a todos colaboradores pela governança e ampliando a base de conhecimento e treinamento dos técnicos diretamente envolvidos na questão.

## vi) Atividades dos controles internos

A Estrutura de Controles Internos atende aos dispositivos da Resolução nº 4.390/2014, do CMN, e está adequada à complexidade das operações atuais da **Sociedade**.

Esta estrutura visa garantir a eficiência do Sistema de Controles Internos da **Sociedade**, estabelecendo objetivos e mecanismos que possam assegurar a conformidade com as Políticas e Normas Internas e legislações aplicáveis. É responsável pelo mapeamento de todas as operações e ações executadas na **Sociedade**, assim como pela análise das estruturas operacionais existentes

e das estruturas que sejam criadas, com a finalidade de definir as sequencias lógicas de trabalhos para conduzir ao resultado esperado.

O sistema de controles internos visa conferir se os processos e sistemas de gestão dos diversos tipos de riscos estão aderentes às normas internas e legislação oficial regulatória, bem como é responsável pela realização de testes de avaliação dos sistemas, processamento e modelos de controle de risco.

A estrutura é descentralizada quanto ao quesito operacional, pois cada área representa um Agente de Controles Internos, mas é gerida diretamente pelo departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC).

## vii) Governança corporativa

As práticas de Governança Corporativa foram implementadas e são revisadas constantemente, como forma a garantir que as ações e orientações estejam adequadas ao Mercado Financeiro, em modelo sugerido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que leva em conta as variáveis de complexidade da estrutura e tamanho da Instituição Financeira.

As seguintes orientações foram implementadas pela Administração:

- Aprovação de Projetos internos por Comitê Multidisciplinar de forma a garantir a difusão do conhecimento entre as áreas de negócio;
- Amplo envolvimento da área de Gestão de Riscos para que novas ações estejam de acordo com as normas e leis atualizadas, desde sua discussão;
- Alinhamento direto entre Alta Gestão e Gestores de Negócio para aprovação de projetos e orçamentos;
- Ampla divulgação dos trabalhos internos como forma de ampliar o acesso às decisões e suas bases; e
- Utilização do modelo interno, denominado “Portas Abertas”, o qual favorece acesso direto dos colaboradores à Administração e Diretoria para exposição de dúvidas, pedido de orientações e exposição de novas ideias.

A implantação da Governança Corporativa em sua essência trouxe aos diversos níveis da **Sociedade** uma melhor compreensão sobre sua missão principal e também a melhor interação entre níveis e áreas da corporação.

## 16. Ouvidoria

A **Sociedade** possui formalizada e operacional a área de Ouvidoria em atendimento às disposições da Resolução nº 4.433/2015, do CMN e Circular nº 3.370/07, do BACEN, que consiste em atuar como canal de comunicação entre a **Sociedade** e seus clientes para solucionar eventuais pendências e prestar esclarecimentos sobre seu produto.

## 17. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020 a **Sociedade** possuía cobertura de seguros por incêndio, responsabilidade civil e para os veículos no montante total de R\$ 8.318 e (R\$ 10.661 em 2019). O valor segurado é determinado pela Administração, em base técnica que se estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. Os valores de cobertura de seguro não foram auditados.

## 18. Instrução CVM nº 381

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa, de acordo com as disposições estabelecidas pela Instrução CVM nº 381.

## 19. Limites operacionais

Através de seus Instrumentos Normativos e em busca da convergência com os aspectos prudenciais trazidos pelo Acordo de Basiléia, o BACEN alterou e vem modernizando sua metodologia de cálculo do Patrimônio, bem como as ponderações por graus de risco, sendo requerida a manutenção de patrimônio líquido mínimo exigido, correspondente a 11% do montante das operações ativas ponderadas por graus de risco, que variam de 0% a 300%.

Todas as Operações de Crédito que compõe a Carteira Classificada da **Sociedade** são de natureza de não negociação, voltadas às Pessoas Físicas, sem garantia ou aval e são ponderadas pelo fator associado ao risco de acordo com a Circular 3.644/2013, do BACEN e posteriormente ajustada e formalizada pela Resolução 4.193/2013 que definiu as regras e cálculos orientados aos ativos ponderados pelo risco (RWA). Dadas as características de nossa operação, com capital próprio e carteira não negociada, as parcelas sobre Risco de Crédito e sobre o Risco Operacional são as mais significativas para a ponderação dos Ativos.

A **Sociedade** possui indicador superior ao referenciado pelo Índice Basileia, ao percentual básico nos termos do Acordo de Basileia, que atualmente é de 11%.

**Quadro de Limites Operacionais referentes a 31/12/2020:**

Patrimônio de Referência – (PR)	93.780
Ativos Ponderados pelo Risco	71.214
RWAmpad (RWAjur1)	686
RWAcpad	42.079
RWAopad – Indicador Básico	28.449
RBan	64
Índice Basileia	131,69%

## 20. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes que pudessem impactar de maneira significativa as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

### Diretoria

**Rodrigo Della Casa**  
Diretor Presidente

**Carlos Alexandre Tanikawa**  
Diretor de Riscos e  
Compliance

**Lucidalva Pereira Cursino**  
Contadora – CRC 1SP 265217/O-2

# **JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Relatório do auditor independente sobre as  
demonstrações contábeis

**Referente ao semestre e exercício findo em 31 de  
dezembro de 2020.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**

**Administradores e aos Acionistas da  
JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTO  
São Paulo - SP**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** (“JBCRED” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** (“JBCRED” ou “Sociedade”), em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), incluindo a Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase**

### **Efeitos COVID-19**

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 1, - Impactos COVID-19, que diante dos impactos deste novo cenário, a Sociedade alinhou as medidas de saúde indicadas pelo Ministério da Saúde e elaborou juntamente com as áreas da Sociedade a manutenção do contingenciamento presencial mínimo e remoto, com todo suporte técnico, para manter toda a estrutura da Sociedade funcionando normalmente para atender seus clientes e parceiros. Os reflexos evidenciados até o momento devem-se principalmente a instabilidade gerada no mercado como um todo, pois o volume de negócios diminuiu e, passando a ser mais criteriosos nas análises de crédito. Todos os departamentos estão envolvidos no acompanhamento diário das mudanças relacionadas e, quando necessário, acionando a Alta Administração para estratégias que busquem dirimir impactos negativos. Nossa opinião não contém modificação em razão desse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício de 2020. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Provisão para Créditos de liquidação duvidosa**

A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência renegociação, cenários econômicos atuais e futuros.

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, conforme citado na Nota Explicativa nº 1, a administração revisou alguns dos julgamentos e estimativas utilizadas, pois o volume de negócios diminuiu e a Sociedade passou a ser mais criteriosa nas análises de crédito.

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) verificamos as políticas de concessão de crédito e renegociação; (ii) obtivemos entendimento sobre os controles gerenciais e níveis de inadimplência monitorados pelo departamento de compliance da Sociedade; (iii) Realizamos testes para observar a integridade e completude da base de dados utilizada para cálculo da

provisão; e (iv) Revisamos a aplicação das normas de provisão para créditos de liquidação duvidosa emanadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN 2.682. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico